



Recomendação

Atualização e criação dos instrumentos de planeamento do município do Montijo

Considerando que:

O Montijo tem registado um crescimento demográfico e urbano significativo nos últimos anos, impulsionado pela sua proximidade a Lisboa e pela atratividade residencial do concelho. No entanto, este dinamismo não tem sido acompanhado por uma expansão proporcional da rede de equipamentos públicos e sociais, o que tem vindo a criar uma pressão crescente sobre escolas, serviços de saúde, espaços culturais, infraestruturas desportivas e áreas de lazer. A oferta existente revela-se, por isso, cada vez mais deficitária face às necessidades da população, comprometendo a qualidade de vida e reforçando a urgência de um planeamento territorial integrado que responda de forma adequada ao ritmo de desenvolvimento do município.

Face à oportunidade representada pelo acesso alargado aos fundos europeus a partir de 2028, vislumbra-se, para breve, a intensificação significativa da cooperação intermunicipal na Península de Setúbal, nomeadamente, de planificação territorial de natureza supramunicipal.

O estabelecimento de mecanismos de participação pública nos processos de planeamento é a melhor forma de garantir que:

- a visão e os problemas dos munícipes são contemplados nos documentos estratégicos;
- se promove a cidadania ativa e a confiança dos cidadãos nas instituições;
- a democracia é reforçada.

O estudo e o planeamento rigorosos, aliados à eficiência e à simplificação dos serviços públicos, constituem elementos essenciais para assegurar que o investimento municipal é utilizado de forma adequada e transparente e que os seus resultados se traduzem em melhorias significativas da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

É determinante habilitar o Montijo com o conjunto de instrumentos de planeamento adequados, traduzidos num conjunto de planos e programas setoriais e territoriais que garantam que os termos do trabalho colaborativo que o Montijo vai promover no âmbito da futura CIM sejam suportados e validados pelos munícipes e organizações locais dos diversos setores, bem como pelo conhecimento técnico e especializado dos técnicos municipais e de quaisquer outros técnicos especializados.



Deste modo, o deputado Municipal do LIVRE vem propor à Assembleia Municipal de Montijo, reunida na Sessão de 10 de dezembro de 2025, ao abrigo do disposto na alínea d) do art.º 38.º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Montijo para que:

- Inicie um novo ciclo de planeamento amplamente participado nas áreas onde o município apresenta maiores carências e que concentram alguns dos mais relevantes desafios sociais, económicos e políticos da sociedade montijense, nomeadamente o ordenamento do território, a educação, a saúde, a habitação, a ação social, a cultura, o ambiente, o desporto e a economia, o associativismo, entre outros;
- Considerando-se indispensável que esse esforço inclua tanto a atualização como a criação de novos instrumentos estratégicos de carácter setorial.

Montijo, 8 dezembro de 2025